



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

A vivência nos serviços de acolhimento: A escuta de crianças e adolescentes acolhidos

Orientadoras: Juliana Thimóteo Nazareno Mendes e Juliana Viana Ford
Bolsista: Luiza Barreto da Fonseca

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2019



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS	6
LISTA DE FIGURAS	7
INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Metodologia	9
1 CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO PESQUISADAS	12
2 CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS: O QUE ELES DIZEM SOBRE O COLHIMENTO	17
2.1 Perfil dos acolhidos²	20
2.2 O acolhimento como lugar de moradia	24
2.3 Rotina e normas institucionais.....	32
2.4 Estar no acolhimento	35
2.5 A relação com a cidade	35
2.6 Os projetos de vida dos jovens acolhidos	37
3 VIVÊNCIAS ENTRE PASSADO E FUTURO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES	43
4 PRODUTOS	48
4.1 Relatório de Pesquisa – Programa Viva Ciência	48
4.2 Monografias de Conclusão de Curso (Serviço Social)	49
4.2.2 Stephani Gomes Rodrigues. A questão racial no contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Campos dos Goytacazes-RJ. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Juliana Thimóteo Nazareno Mendes.....	50

4.2.3 MACHADO, Sabrina B. A naturalização da violência pela juventude acolhida em Campos dos Goytacazes-RJ. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Juliana Thimóteo Nazareno Mendes.....	51
4.2.4 FONSECA, Luiza B. da. Serviço Social e o trabalho com crianças e adolescentes acolhidos em Campos dos Goytacazes-RJ. Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Juliana Thimóteo Nazareno Mendes.....	51
4.3 Apresentação de trabalhos	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

EQUIPE DE PESQUISADORES

Docentes

Prof.^a Dr.^a Juliana Thimóteo Nazareno Mendes Prof.^a

Ms.^a Juliana Viana Ford

Discentes:

Cláudia Márcia Nogueira Neto

Elisa Correa de Azevedo

Franciele da Silva Pessoa

Hilda Letícia Marinho Ernensto

Julia da Silva Ramos

Julia Fernandes Tavares Monteiro

Letícia Ramos Dias Campos

Luísa Vitória Soares de Oliveira

Luiza Barreto da Fonseca

Sabrina Machado de Barcelos

Stephani Gomes Rodrigues

Victoria Lavignia Oliveira

AGRADECIMENTOS

À prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes, pelo apoio a pesquisa por meio da bolsa Iniciação Científica concedida pelo Programa Viva Ciência;

À Fundação Municipal da Infância e Juventude, por permitir o acesso aos acolhimentos, acolhidos e profissionais e por não medir esforços para que a pesquisa acontecesse;

À Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, por meio do setor de Vigilância Socioassistencial, por fornecer os dados dos serviços de acolhimento, necessários à pesquisa;

À equipe dos Acolhimentos, especialmente seus coordenadores, que nos receberam e disponibilizaram a estrutura e as informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho;

Aos acolhidos, que aceitaram dividir conosco suas experiências vividas nos serviços de acolhimento;

Ao Departamento de Serviço Social de Campos, pelo apoio; e,

Aos discentes do curso de Serviço Social que se prontificaram a trabalhar na pesquisa como voluntários.

Muito Obrigada!

LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1- Atividades internas e externas realizadas com os acolhidos.....	
Quadro 2- Sexo por faixa etária por acolhimento, março de 2019.....	
Quadro 3 - Escolaridade dos acolhidos, em março de 2019.....	
Quadro 4- Tempo de permanência no acolhimento por faixa etária, março 2019.....	
Quadro 5 - Lugares da casa e sentidos atribuídos.....	
Quadro 6 – O que acontece quando não se cumpre as regras.....	
Quadro 7 - Projetos de vida dos jovens acolhidos.....	
Quadro 7 – As vivências dos acolhidos.....	
Gráfico 1: Renda per capita dos acolhido, em março de 2019.....	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Representação do Acolhimento 1.....	23
Figura 2 – Representação do Acolhimento 2.....	24
Figura 3 – Representação do Acolhimento 3.....	24
Figura 4 – Representação do Acolhimento 4.....	25

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a vivência de crianças e adolescentes em unidades de acolhimento institucional por considerar que é a partir do lugar de moradia que elas vão se construindo como sujeito, na relação com o espaço e com as pessoas que convivem.

O acolhimento institucional, além de ser um lugar de abrigo coletivo de crianças e adolescentes, é perpassado pela dimensão temporal, pois é uma medida de caráter excepcional, devendo, sempre que possível, ser provisória. Portanto, tem-se aqui uma dimensão espaço-temporal que contribui para a resignificação e reconstrução destas infâncias e juventudes.

Como referência analítica, entende-se o tempo e o espaço-lugar como categorias básicas, através das quais se constrói a experiência, pois são nos seus horizontes que os indivíduos ordenam suas escolhas e comportamentos, construindo pontos de referências para suas ações. É no entrecruzamento dos tempos – passado, presente e futuro – vividos e expressos no espaço (Milton Santos) que se fortalecem e se produzem as subjetividades do sujeito. O espaço se torna o lugar onde se concretizam as relações sociais, de solidariedade e de poder (MILTON SANTOS, 1993). Lugar este sentido, apropriado e vivido através do corpo e que adquire particularidades em determinados contextos sociais.

Considerando o objeto de estudo, além das referências teóricas já sinalizadas, faz-se importante destacar que ao analisar as vivências nos acolhimentos, compreende-se por vivência “o produto da reflexão pessoal sobre a experiência.” (MINAYO, 2012, p. 622). Distingue-se vivência da experiência na medida em que a experiência pode ser a mesma para vários indivíduos, mas a vivência é a forma como cada um a compreende, em função da sua personalidade, da sua biografia e da sua história individual e coletiva. Minayo (2012, p. 623) ainda destaca que “embora pessoal, toda vivência tem como suporte os ingredientes do coletivo em que o sujeito vive e as condições em que ela ocorre.”. Nesse sentido, compreender a vivência significa considerar o contexto da experiência e a cultura do grupo na qual se realiza.

Refletir sobre as vivências de crianças e adolescentes no acolhimento institucional, a partir da unidade tempo-espço foi um desdobramento do projeto de extensão “Assessoria ao Centro de Referência da Criança e do Adolescente de Campos dos Goytacazes”, que culminou a elaboração de um Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, que aprovado pela Fundação Municipal da Infância e Juventude e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social¹ está em fase de implementação. Neste sistema está previsto a avaliação dos serviços por todos os sujeitos envolvidos, incluindo as crianças e adolescentes.

Portanto, esta pesquisa teve o intuito de também contribuir com o Sistema de Monitoramento e Avaliação, na medida em que se propôs realizar a escuta dos acolhidos, valorizando-as como sujeitos capazes de perceber, expressar e avaliar suas experiências no lugar de moradia. Entendemos que crianças e adolescentes são agentes ativos capazes de alterar a estrutura social através da forma singular como agem e se apropriam do mundo que os cerca, fazendo diferença nas relações sociais e produzindo cultura.

Diante do exposto, o que se propôs na pesquisa foi interpretar a forma como as crianças e adolescentes vão se apropriando do acolhimento como lugar de moradia, e os elementos que estão intrínsecos neste processo. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, cujos procedimentos serão descritos a seguir.

1.1 Metodologia

De acordo com Minayo (2012) fazer ciência implica trabalhar com o tripé teoria, método e técnicas, em que o modo de fazer vai depender do que o objeto demanda, das respostas a este objeto, das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta de dados.

¹ A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social é o setor responsável pelo monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais inseridos na proteção social básica e especial de média e alta complexidade, no município.

A investigação que se apresenta aqui é de base qualitativa, pois trabalha com valores, crenças, hábitos e representações. O campo de investigação está situado na esfera da subjetividade e do simbolismo compreendido por meio do contexto social, econômico, cultural e espacial.

Ao buscar compreender o objeto, as conclusões não podem ser generalizadas, mas podem indicar elementos da coletividade que contribuem para compreender outras realidades e vivências.

As questões que orientaram este estudo foram: como se configura espacialmente o acolhimento institucional onde reside as crianças e adolescentes? Como as crianças e adolescentes imprimem sua presença no espaço institucional? Como as crianças e adolescentes percebem este espaço e tempo do acolhimento institucional? Como se estabelecem as relações sociais entre os sujeitos neste equipamento? A partir do acolhimento, como as crianças e adolescentes experimentam o espaço da rua, do bairro e da cidade?

Para responder estas perguntas e alcançar o objetivo proposto, definimos como base empírica crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 18 anos, que estão acolhidos nas unidades mantidas pela Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ). Foram definidas 6 (seis) unidades, a partir do perfil de atendimento. Esta definição foi construída em conjunto com os representantes das 8 (oito) unidades de acolhimento existentes no município. Assim, as unidades pesquisadas foram: Aconchego, Cativar, Portal da Infância; L.A.R.A, Pequeno Jornaleiro e Conviver.

O trabalho de campo foi organizado em três etapas realizadas entre fevereiro e maio de 2019: a primeira consistiu na visita as instituições para sensibilização das equipes técnicas das unidades de acolhimento para o apoio a pesquisa; uma entrevista com a coordenação de cada acolhimento para compreender o funcionamento e a conhecer a estrutura do acolhimento. Também foi realizado o movimento de aproximação aos acolhidos.

Nesta etapa utilizou-se da técnica da observação participante por entender que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias permitem, as atividades, os afetos e o interesse de um grupo de pessoas, a partir do domínio de uma fundamentação



teórica que direciona o caminho a ser percorrido. Com isso, a técnica não se reduziu apenas a observar, mas a participar do meio pesquisado, possibilitando modificá-lo.

Foram realizados dois encontros por semana em cada unidade de acolhimento, totalizando, aproximadamente, 27 horas de observação em cada unidade.

Na segunda etapa foram realizadas 3 oficinas temáticas com os que aceitaram o convite de participar da pesquisa. Na oficina 1 discutiu-se a caracterização da instituição e a relação com o espaço físico. O objetivo era compreender os usos e significados que os acolhidos tinham do espaço. Os participantes foram convidados a desenhar o espaço do acolhimento e, através de adesivos de *emotions*, falar sobre os significados que cada espaço possuía.

A oficina 2 consistiu no debate sobre as regras institucionais, que buscou identificar cinco pontos: o que pode e o que não pode fazer no acolhimento; as consequências de quando as regras são desrespeitadas; o que é diferente do lugar onde morava e o que gostariam que mudasse no acolhimento.

A oficina 3 teve como tema as expectativas de futuro e as demandas para a unidade. Nesta, buscou-se abordar diferentes aspectos da vida no acolhimento. Foi utilizada a dinâmica dos cartões amarelo, vermelho e verde que representavam, respectivamente, “talvez”, “não” e “sim, para serem usados em observância as frases apresentadas ao grupo.

A terceira e última etapa do trabalho de campo consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas, por meio de um roteiro organizado em dois eixos: tempo e espaço. Foram realizadas, em média, 4 entrevistas com adolescentes em cada acolhimento. Com exceção do Portal da Infância, onde se realizou uma entrevista.

A cada ida ao campo, o pesquisador construiu um relato composto pelos depoimentos pessoais e visões dos interlocutores, em que as falas de uns foram se contrapondo ou se acrescentando as falas do outro.

A cada ida a campo, o pesquisador construiu um relato composto pelos depoimentos pessoais e visões dos interlocutores, em que as falas de uns foram se contrapondo ou se acrescentando as falas do outro. O material produzido foi agrupado e analisado, buscando preservar as questões comuns aos acolhimentos e as que são

particulares, em função do perfil dos acolhidos por unidade.

Este relatório está organizado em 4 capítulos. No primeiro capítulo apresentamos as características das instituições de acolhimento a partir das observações dos pesquisadores e de um questionário aplicado aos coordenadores, para que se possa compreender o contexto institucional onde a pesquisa foi realizada.

No segundo capítulo analisamos a relação das crianças com o acolhimento, a partir de suas falas. Para isso, apresentamos o perfil dos acolhidos nas unidades de acolhimento no mês de março, quando iniciamos os trabalhos em grupo. Em seguida, discorreremos sobre as diversas dimensões inerentes ao acolhimento: lugar de moradia, normas institucionais, a relação com a cidade e os projetos de vida dos jovens acolhidos.

No terceiro capítulo realizamos a síntese reflexiva da relação sujeito, espaço, tempo nos acolhimentos, a partir de algumas aproximações à realidade percebida.

Por fim, no quarto capítulo apresentamos os produtos decorrentes da pesquisa, como apresentação de trabalhos em congressos e relatórios de pesquisa.

Esperamos que este trabalho possa fomentar uma reflexão sobre as práticas cotidianas nos acolhimentos, abrindo a possibilidade de ações que valorizem a participação dos acolhidos nos serviços destinados a eles.

1 CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO PESQUISADAS

Neste item será realizada uma breve caracterização das instituições pesquisadas, tendo como referência o questionário aplicado aos coordenadores e os registros contidos nos diários de campo, produzidos durante o processo de observação participante pelos pesquisadores.

Para a realização da pesquisa foram definidos seis acolhimentos institucionais. Destes, 3 estão localizados em prédios alugados e 3 em prédios próprios. No entanto, um dos imóveis alugados foi construído por uma instituição não governamental para servir como acolhimento de crianças e adolescentes. Sendo assim, 4 imóveis foram construídos com essa finalidade.

A coordenadora de um dos acolhimentos disse que, apesar do imóvel ter sido

construído para este fim, não atende todas as necessidades do serviço. Para ela, faltou ouvir, no período de elaboração da planta, a opinião das pessoas que estão diretamente envolvidas no dia a dia dos acolhimentos:

A construção foi feita para ser acolhimento, mas a coordenação não foi chamada para dizer as necessidades de um acolhimento (...). A construção é muito grande e perde a característica de uma casa.
(Coordenadora B)

Todos os imóveis estão localizados na área urbana da cidade e em bairros residenciais. Dois estão localizados em áreas residenciais, mas que também são caracterizadas como comerciais.

As casas, no geral, possuem: almoxarifado, onde ficam guardadas as roupas e materiais de doações; brinquedoteca; dispensa para alimentos; garagem, jardim; lavanderia, refeitório; sala de atividades pedagógicas; sala de TV; além, dos quartos, banheiros e cozinha. Destaca-se que em 5 unidades há um espaço destinado para o atendimento da equipe técnica, que fica em um local específico, fora da área de residência. Em todos os acolhimentos há salas separadas para a coordenação e outra para a equipe técnica. Há também sala para a enfermagem e sala de reuniões.

Ainda sobre a estrutura física das casas, cabe destacar a existência de algumas áreas que não são comuns a todas, como: uma casa possui piscina, outra possui uma quadra de esportes, outra um playground, outra lactário e consultório médico.

No que se referem aos mobiliários, as casas são equipadas com sofás, camas, mesas para refeições, cadeiras, armários, freezers, fogões; armários de cozinha, guarda-roupas; ventiladores, ar condicionados; chuveiros elétricos ou a gás; máquinas de lavar roupa; computadores, entre outros.

De acordo com as coordenadoras, a maioria dos espaços, mobiliários e equipamentos atende as necessidades, no entanto, alguns precisam de reparos relacionados à manutenção, como pinturas e consertos, ou mesmo serem trocados.

Como exemplo, pode-se citar o chuveiro e o ar condicionado que em alguns acolhimentos, não estão funcionando.

Com relação a capacidade de acolhidos, em março de 2019, 2 unidade estavam com o número de acolhidos acima da sua capacidade, superando o que preconiza as Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento (acolhendo mais de 20 crianças e adolescentes).

Para atender as crianças e adolescentes acolhidos, em média as equipes de plantão contam com 12 funcionários, sendo eles: educadores, motorista, técnico de enfermagem, cozinheiro, auxiliar de educadores, segurança e membros da equipe técnica. Em todos os acolhimentos a equipe técnica é formada por psicólogos, pedagogos e assistente sociais. Cabe destacar que todas as coordenadoras consideram o quantitativo de funcionários suficiente para as ações realizadas.

Já a relação dos serviços de acolhimento com a rede de serviços da comunidade acontece por meio do acesso às escolas, creches, hospitais, postos de saúde, cursos profissionalizantes e de esporte, praças e igrejas e demais equipamentos públicos socioassistenciais.

No entanto, algumas atividades, além de serem acessadas na comunidade, também são promovidas pelos próprios acolhimentos, em seu espaço, como: assistência médica (02); assistência psicológica (02); assistência religiosa (04) e atividades culturais e de lazer (05). Estas atividades são realizadas pelos educadores dos acolhimentos ou pela comunidade, nos momentos de visitas agendadas.

Tais ações vão ao encontro das informações prestadas pelas coordenadoras ao afirmarem que zelam pelo fortalecimento dos vínculos comunitários, por meio da participação das crianças e adolescentes em ações e serviços da comunidade, como também da participação de pessoas da comunidade em ações e atividades do acolhimento.

O quadro 1 explicita tais atividades:

Quadro 1- Atividades internas e externas realizadas com os acolhidos

Atividades	Acolhimento 1	Acolhimento 2	Acolhimento 3	Acolhimento 4	Acolhimento 5	Acolhimento 6
Atividade recreativa com as crianças/adolescentes no espaço da instituição	Promove atividades na quadra: futebol, baile de carnaval..	Não tem. Apenas quando a equipe técnica ou educadores realizam	Realizada pela comunidade e educadores	Banhos de piscina.	Realizada pelos educadores e pessoas da comunidade	Realizada pelos educadores e comunidade
Atividade recreativa com as crianças/adolescentes fora da instituição	Idas à lagoa, shoppings, Cidade da criança.	Atividades na praça (Associação dos moradores) e ABB.	Idas ao Horto e Jardim São Benedito	Por enquanto não estão acontecendo. Devem retomar após o feriado do carnaval	Esportes, atividades culturais e religiosas, idas ao shopping, entre outras	Brincam na rua com os educadores e a comunidade.

Fonte: A vivência nos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos, 2019.

Em todos os acolhimentos há o acesso a internet. Porém, apesar dos coordenadores afirmarem que os acolhidos têm acesso a internet, durante o processo de observação participante e nas entrevistas, os acolhidos disseram que o acesso é restrito, pois só podem usar a internet com a supervisão de um funcionário e com autorização da coordenação. Em dois acolhimentos constatamos que os acolhidos não tem acesso à internet.

Algumas dificuldades para a realização do trabalho nas instituições foram apontadas pelas coordenadoras dos acolhimentos, que descreveremos a seguir: a dificuldade com maior incidência foi a relacionada à infraestrutura, decorrente do baixo recurso disponível pela FMI para o atendimento dos acolhidos. Dentre as dificuldades identificadas, estão a falta de regularidade no transporte, seja para levar as crianças e adolescentes para a escola, seja para as demais atividades, inclusive consultas médicas. Ainda relacionado a infraestrutura, foi pontuado o fato de um acolhimento estar localizado numa área residencial de alto padrão, o que dificulta aos acolhidos a vivência

do entorno.

Outra dificuldade diz respeito a falta de preparo dos educadores para desempenharem esta função, repercutindo na falta de habilidade para lidar com situações conflituosas e implementar o que preconiza as Orientações Técnicas. Por outro lado, há também o adoecimento dos profissionais em função das condições de trabalho as quais estão submetidos, que é para além dos recursos, mas decorrente da própria natureza do trabalho, que exige habilidades emocionais para lidar com as especificidades presentes no serviço de acolhimento.

Também foram destacadas pelas coordenadoras as dificuldades advindas da relação dos funcionários com os adolescentes e entre os próprios adolescentes. Foram sinalizadas as dificuldades dos mesmos aceitarem as regras institucionais e perceberem o acolhimento como espaço de proteção. Também sinalizaram a dificuldade decorrente do envolvimento destes com o tráfico de drogas e o uso abusivo de substâncias psicoativas. Em decorrência, há um alto índice de evasão, sendo este outro problema pontuado.

Por fim, aparece como um desafio à questão do preconceito da sociedade perante as crianças e adolescentes acolhidos, pois tende a identificá-los como autores de ato infracional, associando-os, portando, à criminalidade.

Diante destes desafios, os coordenadores indicaram o que seria necessário para superá-los. Apontaram, majoritariamente, o aumento de recursos para os serviços de acolhimento, que permitiria sanar as dificuldades de infraestrutura, principalmente transporte. Também pontuaram a necessidade de mais ações recreativas, maior relação com os outros setores da gestão municipal, como setor da habitação e de trabalho e renda.

Por outro lado, algumas coordenadoras afirmaram que superar as dificuldades envolve dedicação dos profissionais e amor pelo trabalho, como explicitado abaixo:

É na resistência. Tem que batalhar, insistir, ter perseverança e, acima de tudo, acreditar que as crianças tem salvação, tem jeito, tem garra. (Coordenadora A)

Amor. Ter amor pelo trabalho no acolhimento, que não vale apenas estar dentro do acolhimento por dinheiro, etc. (Coordenadora B)

Há, de certa forma, uma percepção que o trabalho nos acolhimentos pressupõe também uma vocação, que acaba por influenciar a forma como as relações acontecem entre os funcionários e os acolhidos, que será abordado em outro momento.

2 CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS: O QUE ELES DIZEM SOBRE O COLHIMENTO

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre o acolhimento institucional a partir das falas das crianças e adolescentes acolhidos. Analisar o acolhimento por meio das experiências das crianças e adolescentes e das suas formas de apropriação deste é fundamental e ao mesmo tempo desafiador.

Poucos são os espaços de escuta e participação do público alvo dos serviços de acolhimento. No geral, as unidades de acolhimento realizam assembleias com os acolhidos para discutir algum assunto relevante à sua realidade, sem que haja uma periodicidade, e realizam os atendimentos individualizados para o acompanhamento e preenchimento dos documentos dos acolhidos.

Não verificamos, além destas ações, nenhuma que pudesse representar um espaço permanente de escuta dos acolhidos sobre suas experiências no acolhimento, bem como participação efetiva no planejamento e avaliação das ações realizadas em sua unidade e destinadas a eles. Isso nos leva a compreender que haja uma fragilidade na concretização de ações que considerem as crianças e os adolescentes como sujeitos dotados da capacidade de ver, sentir, refletir, propor e agir sobre as formas de ser e viver a infância e adolescência, como também ser e estar nos espaços institucionais. Portanto, tendem a não considerar como sujeitos que promovem mudanças nas instituições das quais fazem parte.

Existem várias iniciativas internacionais que recomendam a participação infanto-juvenil na orientação de políticas públicas. Perez e Jardim (2015) citam que a UNICEF

(2009), através do programa OChildFriendlyCities, incentiva que as opiniões das crianças sejam refletidas em políticas, leis e orçamentos municipais. Outra instituição citada pelas autoras é a rede italiana Città dei Bambibi que discute o espaço urbano a partir do olhar das crianças.

Ainda no que se refere à participação de crianças, entendemos que elas, produzem e são produzidas pela espacialidade e pelos elementos presentes no espaço em que vivem. Portanto, de acordo com Perez e Jardim (2015):

Elas se reconhecem e falam a partir de um lugar. Se esse espaço sofre mudanças e rupturas, as imagens produzidas sobre si mesmas também poderão sofrer transformações (Pérez, 2014). Por isso, é importante viabilizar a participação desse grupo social, de modo que suas opiniões e necessidades sejam contempladas tanto na orientação das políticas públicas quanto nos projetos de intervenção na infraestrutura, no espaço e nos equipamentos urbanos a elas direcionados.

Já com relação a participação de adolescentes, o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de 2010, reúne ações que estimulam a participação de crianças e adolescentes com presença garantida em diferentes espaços e níveis decisórios. Além disso, o Estatuto da Juventude prevê, como um de seus princípios, a ampla participação juvenil na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de juventude.

Portanto, não é pelo fato de crianças e adolescentes se expressarem de formas diferentes em relação ao adulto que devam ser excluídos da participação. Outros dispositivos podem ser usados se os adultos também forem capazes de conversar através deles.

No entanto, Existem poucos relatos de participação de crianças e adolescentes em processos de avaliação dos serviços públicos em que são o público alvo destas ações, muitas vezes pelo entendimento equivocado da incapacidade civil dos menores de 16, decorrente do fato de serem atribuídos direitos políticos somente aqueles maiores de 16 anos, que de acordo com Filho (2013) estão prevista nos artigos 3º e 4º do Código Civil e artigo 14 da CF/88. (FILHO, 2013).

Contudo compreendemos, assim como Filho (2013) que crianças e adolescentes são agentes ativos capazes de alterar a estrutura social através da forma singular como agem e se apropriam do mundo que os cerca. Portanto, possuem a competência para pensar, manifesta-se e agir, promovendo mudanças em seu entorno, e nas instituições que fazem parte.

O ECA (1990) traz a criança e o adolescente à condição de plena cidadania, sendo tratados como sujeitos de direito, como se verifica nos artigos descritos abaixo:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: II – opinião e expressão;

VI – participar da vida política, na forma da lei;

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) também vem indicando a necessidade de ter crianças e adolescentes participando dos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas dirigidas a eles (RIBAS, 2017).

Assim, consideramos ser fundamental garantir a participação de crianças e adolescentes nos processos de avaliação dos serviços dos quais são destinatários. Garantir e incentivar uma postura protagonista, pelo envolvimento em processos de discussão, decisão e execução de ações podem gerar mudanças decisivas na realidade social, política e cultural.

Sendo assim, este capítulo traz as percepções das crianças e adolescentes sobre o acolhimento, a partir de suas falas apreendidas durante o processo de observação participante e das oficinas temáticas.

2.1 Perfil dos acolhidos²

Em Campos dos Goytacazes, há 8 acolhimentos institucionais, sendo todos mantidos pela Fundação Municipal da Infância e Juventude. De acordo com os dados fornecidos pela Vigilância Socioassistencial, em março de 2019 estavam acolhidos 171 crianças e adolescentes, assim distribuídos:

Quadro 2- Sexo por faixa etária por acolhimento, março de 2019.

ACOLHIMENTO			FAIXA ETÁRIA				Total
			0 a 3 anos	4 a 11 Anos	12 a 17 anos	18 anos ou mais	
Aconchego	Sexo	F	0	2	14	0	16
		M	2	6	11	0	19
	Total		2	8	25	0	35
Cativar	Sexo	F	0	0	14	0	14
	Total		0	0	14	0	14
Conviver	Sexo	M	0	0	10	1	11
	Total		0	0	10	1	11

² Este item está reproduzido em: FONSECA, Luiza B.; MENDES, Juliana T. M. **Avaliação e monitoramento dos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes**. Relatório de Pesquisa. Programa Viva Ciência. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; Universidade Federal Fluminense. 2019.

Despertar	Sexo	F	3	10	1	0	14
		M	0	5	1	0	6
	Total		3	15	2	0	20
LARA	Sexo	F	6	3	10	0	19
		M	5	9	2	0	16
	Total		11	12	12	0	35
Pequeno Jornaleiro	Sexo	M	0	0	10	2	12
	Total		0	0	10	2	12
Portal da Infância	Sexo	F	1	1	10	0	12
		M	0	4	12	1	17
	Total		1	5	22	1	29
Renascer	Sexo	F	1	5	0	0	6
		M	4	5	0	0	9
	Total		5	10	0	0	15
Total	Sexo	F	11	21	49	0	81
		M	11	29	46	4	90
	Total		22	50	95	4	171

Fonte: Setor de Vigilância Socioassistencial - SMDHS/PMCG, mar., 2019.

A partir das informações contidas no quadro acima, podemos perceber que há maior número de meninos acolhidos com predominância dos adolescentes.

Também percebemos que alguns acolhimentos ainda permanecem organizados por perfil, atendendo só crianças ou só adolescentes do sexo masculino ou feminino, indo de encontro com o que preconiza as Orientações Técnicas. Também há 3

acolhimentos atendendo um quantitativo maior do que o indicado pelas Orientações Técnicas (20 acolhidos por equipamento).

No que se refere à cor, dos 171 que estavam acolhidos em março de 2019, 128 foram declarados como pardos e negros, indicando que crianças e adolescentes negros constituem a maioria daqueles que tiveram seus direitos violados e necessitam de proteção por parte do Estado. Sendo assim, a questão étnico-racial é um elemento importante a ser considerado ao se pensar os acolhimentos e a proteção social dos segmentos mais vulnerabilizados.

Quadro 3 - Escolaridade dos acolhidos, em março de 2019.

			Não está em fase escolar	Ensino infantil	Ens. Fund. I	Ens. Fund. II	Ens. Médio	EJA	Sem escolaridade	NI	Total
TOTAL	0 a 3 anos	Está estudando	NAO	12	0	-	0	-	-	-	12
			SIM	0	9	-	1	-	-	-	10
		Total		12	9	-	1	-	-	-	22
	4 a 11 anos	Está estudando	NAO		0	0			3		3
			SIM		5	42			0		47
		Total			5	42			3		50
	12 a 17 anos	Está estudando	NAO			1	2	0	0	2	5
			SIM			27	50	6	7	0	90
		Total				28	52	6	7	2	95
	18 anos ou mais	Está estudando	SIM			1	2	1			4
		Total				1	2	1			4
	Total	Está estudando	NAO	12	0	1	2	0	0	3	20
			SIM	0	14	70	53	7	7	0	151
		Total		12	14	71	55	7	7	3	171

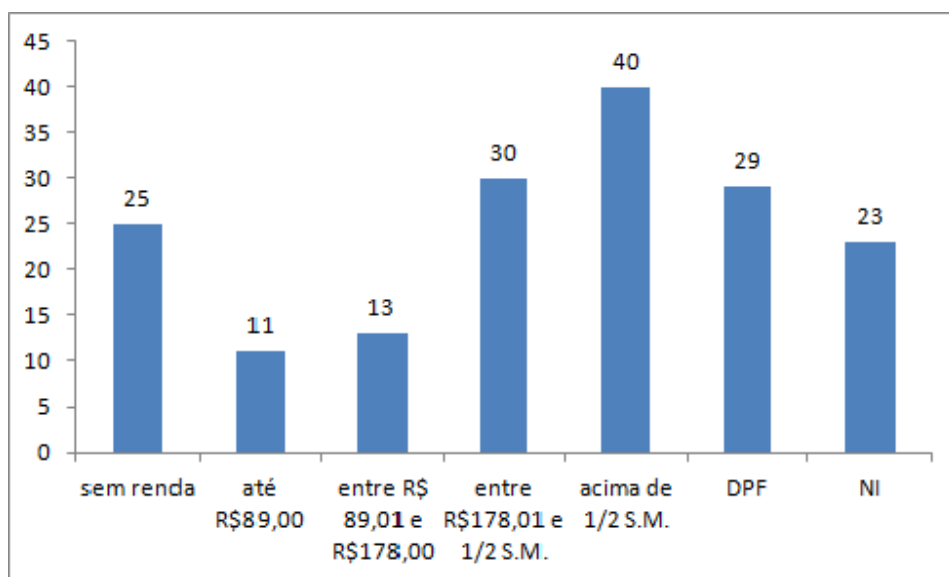
Fonte: Setor de Vigilância Socioassistencial - SMDHS/PMCG, mar., 2019.

De acordo com os dados acima, é possível perceber que na faixa etária de 12 a 17 anos já aparece a distorção idade série, pois 27 acolhidos estão no fundamental I, sendo que deveriam, pelo fluxo indicado pelo Ministério da Educação, estar no Fundamental II. Provavelmente esta distorção aparece nos anos posteriores também.

Já a renda per capita das famílias dos acolhidos, indica que 46,19% dos acolhidos

são de famílias que recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, portanto, de famílias pobres ou extremamente pobres, como se verifica no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Renda per capita dos acolhido, em março de 2019.



Fonte: Setor de Vigilância Socioassistencial - SMDHS/PMCG, mar., 2019.

Com relação ao tempo de permanência, a maioria dos que estavam acolhidos em março, estavam por um período de até 11 meses, como se percebe no quadro abaixo.

Quadro 4- Tempo de permanência no acolhimento por faixa etária, março de 2019.

Período	Faixa etária				Total
	0 a 3 anos	04 a 11 anos	12 a 17 anos	18 anos ou mais	
Até 11 meses	20	38	64	1	123
1 ano	0	6	11	0	17
2 anos	1	3	3	2	9

Tempo de permanência	3 anos	1	0	4	0	5
	4 anos	0	0	2	1	3
	5 anos	0	1	0	0	1
	6 anos	0	1	3	0	4
	7 anos	0	0	2	0	2
	8 anos	0	1	1	0	2
	9 anos	0	0	2	0	2
	10 anos	0	0	1	0	1
	11 anos	0	0	2	0	2
Total		22	50	95	4	171

Fonte: Setor de Vigilância Socioassistencial - SMDHS/PMCG.

A partir dos dados apresentados acima, é possível perceber que há um compromisso, por parte da equipe técnica em fazer com que o acolhimento, de fato, se torne uma medida provisória, como preconiza o ECA e as Orientações Técnicas.

No entanto, para além dos dados apresentados, faz-se importante considerar a fala das crianças e adolescentes, garantindo a elas espaço de participação no âmbito das ações das quais são destinatárias.

2.2 O acolhimento como lugar de moradia

De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento, o acolhimento institucional é destinado às crianças e aos adolescentes afastados do convívio familiar por meio de media protetiva, devendo ter:

Aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. (BRASIL, 2009, p.67)

Durante um período de tempo (que muitas vezes é de longo prazo), o acolhimento se torna a casa de crianças e adolescentes, ou seja, o principal espaço de sociabilidade destes sujeitos e do qual, estabelecerá outras relações com a sociedade.

Sendo assim, se entendemos infância e juventude como categorias socioespaciais, e o acolhimento é o espaço onde moram e de onde partem para o mundo, durante um determinado tempo, se faz importante introduzir o debate sobre o espaço vivido.

Ao falarmos do espaço vivido, estamos nos apropriando da ideia de Massey e Keynes (2004) do espaço como a esfera do encontro, ou não, de diferentes trajetórias relativamente independentes, que coexistem e afetam uma a outra. O espaço como "produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno." (MASSEY, KEYNES, 2004, p. 17). Apropriar-se deste lugar decorre dos sentidos do vivido, do simbólico e do valor de uso propostos por Lefebvre (2001).

Portanto, para entender este espaço vivido pelas crianças e adolescentes acolhidos, buscou-se apreender os sentidos atribuídos a casa, já que ela é o lugar de moradia, ainda que temporário.

A casa é o lugar de moradia. De acordo com Bachelard (1998) ela tem como função originária, proporcionar abrigo e proteção, trazendo o homem para um recolhimento e proporcionando a sensação de amparo, onde ele encontra o calor e o conforto que não lhe são proporcionados pelo espaço exterior. Para ele, a casa "é o nosso canto do mundo." (BACHELARD, 1998, p. 24), nosso "primeiro universo", e a experimentamos em sua realidade concreta e em sua virtualidade (pensamentos e sonhos). Sua essência se manifesta em todo o espaço que é realmente habitado. Portanto, é mais do que o espaço físico, edificado. Ela é, para Bachelard, uma das maiores fontes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos. Ela tem uma dimensão arquetípica.

Porém, é importante ressaltar que essas considerações são realizadas por meio da individualização do sujeito. Ou seja, adota uma perspectiva metodológica que sobrepõe o sujeito ao objeto e, nesse sentido, a forma de interpretar e perceber a

realidade enfatiza o papel do sujeito, que concebe a realidade como resultado do seu imaginário, desconsiderando as condições e determinações objetivas dos conflitos sociais que envolvem a produção do espaço. Isso porque, Bachellard, ao pensar o habitar, parte do sujeito, da casa arquetípica, como abrigo do ser e este como sua essência. Podemos entender que, para ele, a casa é o espaço da consciência do homem e que o determina como ser. No entanto, acreditamos no movimento contrário, ou seja, que o ser social é quem determina a consciência, ou seja, é na relação com o mundo, nas relações sociais que o sujeito se constrói.

Contudo, sem desconsiderar as dimensões da casa como abrigo e amparo, trazemos como ponto de tensionamento o fato de que a casa e os sentidos atribuídos a ela são construções produzidas no bojo das relações sociais capitalistas de produção. Neste sentido, ao olhar para o acolhimento, que se constitui como espaço de moradia coletiva, o entendemos não só como abrigo e proteção, que adquire dimensões subjetivas no processo de sociabilidade dos sujeitos, mas também como um espaço plural, habitado por grupos marcados pela proximidade de valores, práticas, vivências e posição social que lhes conferem experiências comuns. Portanto, habitado por sujeitos que possuem “uma experiência territorial corpórea que reúne qualidades materiais (acessibilidade a bens, serviços e renda) e simbólicas (compartilhamentos socioculturais) produzidas, classificadas e mobilizadas por seus membros no processo de atribuir significado a sua existência.” (BARBOSA, 2013, p. 103). É um lugar plural, mas também comum, na medida em que seus moradores trazem as experiências decorrentes das condições de pobreza as quais estão submetidos, que não se reduzem apenas a carência financeira, mas a outras privações, como educação, lazer, saúde, moradia adequada, transporte, etc.

Sendo assim, a partir destas considerações, buscou-se compreender os sentidos que os acolhidos atribuem a casa, a partir da forma como usam e se apropriam deste espaço. Para isso, pedimos aos acolhidos que desenhassem o espaço da casa para, em seguida, atribuírem sentido aos lugares.

Destaca-se o fato de que, em um acolhimento, ao pedir para fazerem o desenho, os acolhidos questionaram se era para desenhar a casa deles ou o acolhimento. Tal



pergunta foi bem significativa, pois já indicava uma diferenciação entre o lugar que consideram a casa e o lugar onde estão. Ao explicar que deveriam desenhar o acolhimento, alguns preferiam desenhar a casa de origem, onde residiam com seus pais ou responsáveis. Outros optaram por desenhar outras coisas, mas acabaram falando dos lugares que gostavam. Após desenharem, foram distribuídos adesivos para que pudessem colar nos lugares que expressam melhor os sentimentos retratados nos *emoticons*³. Abaixo, alguns desenhos produzidos pelas crianças e adolescentes:



Figura 1: Representação do Acolhimento 1

Fonte: A vivência nos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos, 2019.

³ Carinhas com símbolos usados na Internet para expressar felicidade, tristeza e outros sentimentos, muito utilizadas nas conversas por aplicativos.



Figura 2 – Representação do Acolhimento 2

Fonte: A vivência nos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos, 2019.



Figura 3 – Representação Acolhimento 3

Fonte: A vivência nos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos, 2019.



Figura 4 – Representação Acolhimento 4

Fonte: A vivência nos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos, 2019.

A partir dos desenhos, foi possível construir um quadro de referência sobre os lugares e os sentidos atribuídos, a partir das vivências.

Os quartos foram os lugares mais sinalizados pelos acolhidos tanto por ser um lugar onde gostam de ficar, como também por ser um lugar ruim. O quarto expressa, por um lado, o espaço das individualidades e onde ficam seus pertences individuais, e por outro, o lugar do castigo, como se percebe nas falas abaixo:

Local para refletir; e para dormir o dia inteiro. (Acolhimento 2)

Quarto dos amigos, seu quarto e orelhão, pois é onde ele usa o celular, onde pega internet. (Acolhimento 3)



Vou para o quarto quando estou triste. (Acolhimento 5).

Outro aspecto a destacar é a importância que a cozinha e o refeitório têm principalmente para as crianças acolhidas. Estes lugares aparecem associados à “comida gostosa”. Já para um adolescente, a cozinha foi referência de um lugar bom, pois para ele: “é o lugar que posso cozinhar” (Acolhimento 1).

Outro aspecto que pode estar relacionado é o fato de alguns acolhidos não terem na casa de origem, acesso a uma alimentação regular. Situação que foi relatada durante o processo de observação participante, por alguns acolhidos.

Por outro lado, os espaços de convivência coletiva, como o próprio refeitório e a sala de televisão, foram citados por alguns (adolescentes) como lugares ruins, justamente por serem espaços de convivência.

Não gosto do refeitório porque tenho que conviver com todas as meninas. (Acolhimento 2).

Não gosto de panguar na sala (Acolhimento 4).

Já para os adolescentes, as áreas externas foram as mais citadas como lugares que preferem estar:

[Portão de entrada] Amo a entrada e saída, pois sou doido para sair daqui. (Acolhimento 3)

[Portão de entrada] Amo ficar na

Portaria (Acolhimento 2) [Quadra]

Gosto de brincar (Acolhimento 1)

[Varanda] É onde uso o celular e pega a
internet (Acolhimento 3) [Varanda] Lugar que
faz lembrar a minha casa (Acolhimento 2)
[Laje/telhado] Pra fumar maconha
(Acolhimento 4)

Abaixo, o quadro com a síntese quantitativa das áreas citadas:

Quadro 5 - Lugares da casa e sentidos atribuídos

CÔMODO	Onde me sinto bem e uso com frequência	Onde me sinto triste e não gosto de estar	Lugar indiferente
Quartos	10	5	1
Cozinha	5	1	
Banheiro	1	2	1
Sala de estudo	1	1	--
Quintal	--	--	1
Laje/ Telhado	2		2
Piscina	3	1	1

Portão de entrada	3	3	
Janela da coordenação	--	--	1
Quadra	--	1	--
Coordenação	2	4	2
Sala	1	3	2
Varanda	4	1	1
Sala de Enfermagem	1	--	--
Refeitório	--	1	--

Fonte: A vivência nos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos, 2019.

2.3 Rotina e normas institucionais

A atividade referente às “Regras institucionais: apreensões e tensionamentos” buscou identificar a relação dos acolhidos com o espaço a partir de cinco pontos, sendo eles: o que pode e o que não pode fazer nos acolhimentos; as consequências decorrente do desrespeito as regra; o que é diferente do lugar onde morava e o que gostaria que mudasse no acolhimento. As crianças e adolescentes foram convidados a construir um cartaz para cada item, discutindo e definido o que iria ser destacado em cada ponto.

A partir das colocações dos acolhidos, foi possível compreender alguns elementos da rotina institucional e dos significados que os acolhidos imprimem ao acolhimento.

Fonseca e Mendes (2019), ao analisar as regras, identificaram que elas expressavam a organização institucional, sobretudo a preocupação das coordenações

em garantir os cuidados básicos, a proteção, os direitos individuais e o desenvolvimento da autonomia. Elas destacam o cuidado com a higiene e alimentação que apareceram de forma recorrente nas falas dos acolhidos: tomar banho, comer/lanche; brincar, conversar, chorar e ir a igreja.

O destaque para estes elementos pode estar relacionado ao fato de que, para alguns acolhidos, tais situações não eram comuns na família de origem. Durante as atividades e o processo de observação participante, houve relatos, por exemplo, de alguns acolhidos, de que na casa não podia chorar porque o pai batia e de que em casa não fazia três refeições por dia. (FONSECA e MENDES, 2019, p. 17).

As autoras também pontuaram a participação dos acolhidos em atividades extracurriculares, afirmando que os adolescentes indicaram ter mais oportunidades de participar de cursos profissionalizantes e atividades esportivas no acolhimento do que quando estavam sob a responsabilidade de seus familiares.

Já com relação ao que não pode fazer nos acolhimento, as referidas autoras identificaram que as respostas poderiam ser agrupadas em três grupos: o que não se pode fazer em relação aos próprios acolhidos; na relação com os funcionários e na relação com o espaço.

Na relação com o espaço, Fonseca e Mendes (2019) problematizaram que algumas regras poderiam estar ligadas aos valores e percepções dos profissionais do que seja certo e errado. Como exemplo, citaram:

A proibição de comer na cozinha e de deitar no sofá novo, e até mesmo, a preocupação com a sexualidade, ao proibir a entrada de meninas no quarto dos meninos, a entrada no quarto das mães adolescentes, a dança de meninas perto dos meninos e o namorar. (FONSECA e MENDES, 2019, p. 19).

Já com relação aos profissionais, o destaque foi o respeito: ser respeitado e respeitar. Tal comportamento foi algo que apareceu em vários momentos da pesquisa como fator positivo do acolhimento, pois afirmaram que aprenderam a respeitar no acolhimento.

Ainda no campo do que não se pode fazer nos acolhimentos, está o uso de substâncias ilícitas pelos adolescentes. Fonseca e Mendes (2019, p. 20) constataram que “mesmo os acolhidos expõem que não podem ter comportamentos ilícitos, estes criam estratégias para o uso destas substâncias, dentro e fora do acolhimento, sendo assim, o não poder não significa o não uso.”.

Ao não cumprirem as regras, os acolhidos sofrem algumas sanções, caracterizadas pelas referidas autoras como indo das mais “leves” (advertências) às mais “severas” (ida para a coordenação e até mesmo para o Degase⁴).

Sobre o que se difere no acolhimento da casa de origem, foi constatado que os acolhidos fazem referência ao acolhimento aos aspectos materiais e de infraestrutura (banho, grades, ganhar coisas, etc) enquanto a casa era relacionada aos aspectos afetivos (conversar com a mãe, visita aos familiares, autonomia, etc).

Alguns acolhidos ainda pontuaram a falta de privacidade no acolhimento, em função do quantitativo de pessoas que circulam pelo espaço (visitas da comunidade, funcionários).

Cabe destacar, que ao serem questionados sobre o que levariam do acolhimento, as repostas se concentraram nas pessoas (tias e amigos), indicando que no âmbito das relações interpessoais, eles estabelecem boas convivências nos acolhimentos. Destacaram também o cuidado e o respeito com que são tratados, na maioria das vezes. (FONSECA e MENDES, 2019).

3 Centro de cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado.

2.4 Estar no acolhimento

Como parte das atividades da pesquisa, os acolhidos participaram de uma dinâmica em que deveriam opinar sobre algumas frases que eram lidas para eles, posicionando-se em: concordo, discordo ou às vezes. Uma das perguntas foi se gostavam de estar no acolhimento. Dos que participaram da atividade (41) a maioria (25) se posicionou no “não”. Entre as justificativas deste posicionamento negativo, estava a percepção, sobretudo dos adolescentes, de que o acolhimento os priva de muitas coisas, seja do convívio familiar, seja de circular pela cidade. (FONSECA e MENDES, 2019).

Já os que se posicionaram positivamente sobre gostar de estar no acolhimento, justificaram pelo fato de se sentirem protegidos e terem acesso a mais oportunidades.

Ao serem questionados se sentem em casa no acolhimento, 35 dos 46 que responderam a esta pergunta, disseram não, pois falta privacidade e convívio com a família. (FONSECA e MENDES, 2019).

Tal afirmativa vai ao encontro do que Bachelard apresenta. Apesar de o acolhimento promover a proteção, o abrigo e a segurança, falta o que o autor chama de dimensão arquetípica da casa. Situação que, por um lado é necessária, para que os acolhidos vislumbrem a possibilidade e o desejo de retornarem para suas famílias ou para se inserirem em famílias substitutas, mas por outro, aqueles que permanecem longos períodos nestes equipamentos, podem ter seu processo de desenvolvimento afetivo-cognitivo comprometido. Sobre este assunto, outros estudos podem ser desenvolvidos pela área da psicologia.

2.5 A relação com a cidade

Uma das questões que perpassam este estudo é a compreensão da relação dos acolhidos com o espaço e como isso se altera na medida em que são inseridos no acolhimento. Tais questões são relevantes porque o sujeito se constituiu também na

relação com o espaço.

Partimos da compreensão de que:

o homem se apropria do lugar por meio dos sentidos do corpo, do flunar pelas ruas, dos atos corriqueiros que permitem estabelecer profundos laços de identidade entre os habitantes e entre estes e o lugar. Tais ações permitem ao homem estabelecer sua morada sobre o lugar e habitar o espaço, dotando-os de significações.” (MENDES, 2016, p. 207).

De acordo com Carlos (2007), a apropriação do espaço se dá através das relações de vizinhança, do ir às compras, dos percursos etc. De Certeau (2001) ainda destaca que as atividades dos passantes moldam os espaços e tecem os lugares. Neste sentido, compreender as formas e locais de circulação dos acolhidos pela cidade, antes e depois da medida é fundamental.

Aos adolescentes foram perguntados quais lugares costumavam frequentar antes de serem acolhidos e quais passaram a frequentar depois do acolhimento. Foi possível constatar que antes do acolhimento, a circulação era mais fluida, por espaços diversos da cidade como: praças públicas, centro comercial da cidade, escola, igrejas, outros bairro, bailes funk. A rua também era o lugar da diversão e lazer, como jogar bola, ou simplesmente ver os outros. O shopping também era o destino de alguns adolescentes na busca pelo lazer.

Cabe destacar, que ao falarem destes espaços, a entonação era de liberdade e prazer como verificado na seguinte fala: “Andava como? Feliz”, “Vários lugares, pro centro” (adolescente do acolhimento 1). A circulação acontecia a pé, de taxi, de bicicleta, mas, sobretudo de ônibus.

Já após o acolhimento, a circulação tende a ficar mais restrita e controlada. Os destinos passaram a ser, as praças, a Fundação da Infância e Juventude para práticas de atividades extracurriculares, os equipamentos para acompanhamento da saúde, e, eventualmente, as praias, lagoas e shopping. Já o meio de circulação é sempre de carro.

A ida a pé só acontece para a escola, quando esta é perto do acolhimento.

Neste sentido, ao serem inseridos na medida protetiva, seu circular pela cidade é limitado e controlado, incorrendo inclusive, na dificuldade destes adolescentes exercitarem sua autonomia.

Cabe ainda destacar, que este controle se dá, entre outras formas, pela presença dos educadores durante estas saídas pela cidade. Tal presença é vista pelos adolescentes como um fator que contribui para que sejam identificados como “diferentes” nos espaços que frequentam. Sendo assim, procuram alternativas para superar estas situações como: andar longe dos educadores, pedir para o carro parar longe dos lugares, entre outras.

Esta questão leva ao questionamento dos estigmas que perpassam os acolhidos e os preconceitos que sofrem, indicando a necessidade de aprofundamento desta questão em estudos futuros.

2.6 Os projetos de vida dos jovens acolhidos

Uma das diretrizes presentes no trabalho realizado pelas equipes técnicas dos acolhimentos institucionais é a de fomentar a construção de projetos de vida para os adolescentes acolhidos, para que possam ter perspectivas ao saírem do acolhimento. Sendo assim, foram questionados quais eram as perspectivas de futuro que os acolhidos almejavam.

O quadro abaixo, apresenta algumas das respostas obtidas sobre os projetos de vida.

Quadro 7 - Projetos de vida dos jovens acolhidos

Projetos de vida
“Ah, ser médico.”
“Queria ter um escritório.”
“Tenho muita vontade de fazer engenharia civil e que até antes dos trinta não tenho vontade de formar família.”
“Vou para fora do país, minha filha. Conseguir uma bolsa.”
“Quero continuar os estudos ter uma família, mas não agora, mais pra frente. Quero trabalhar como barbeiro e ir à igreja Assembleia de Deus que tem perto de casa. Os cursos que tô fazendo hoje vão ajudar no futuro.”
“Eu penso em estudar, depois seguir a carreira do exército, depois que eu seguir o exército eu vou ter meu trabalho, depois vou ter uma namorada, depois terminar meus estudos, vou ter meu trabalho e construir minha casa.”
“Para jogar na cara do povo, naquelas pessoas que duvidaram de mim achando que eu nunca poderia chegar lá, para aqueles que falaram quando eu estava na barriga da minha mãe que eu não era um bebê, era bicho, ‘era aquilo’. Então, vou mostrar a eles que entre ser ou não ser eu sou. Eu quero poder ter muito dinheiro para poder sustentar meus filhos.”
“Quero continuar os cursos, pegar o meu diploma e abrir uma barbearia. Não quero construir uma família, porque dá muito prejuízo.”

Fonte: A vivência nos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos, 2019.

De modo geral, as falas acima apontam para a centralidade do trabalho na vida destes adolescentes. O futuro é construído mediante a inserção no mundo do trabalho, como necessário para a sua reprodução e manutenção enquanto sujeito.

No entanto, é preciso considerar, segundo Cara e Gauto (2007, p. 175), que o mercado de trabalho gera receio entre os jovens brasileiros há décadas, pois é regulado pela formação de um excedente de trabalhadores que varia conforme a necessidade do

capital para ampliar os lucros. As taxas de desemprego são úteis ao capital para fins de controle e superação dos momentos de crise econômica. Sobre o que é específico da formação do mercado de trabalho brasileiro, este é subordinado ao grande capital desde a invasão portuguesa e o processo de colonização, por isso se desenvolveu precariamente, sem as condições para a criação de uma política de pleno emprego. Afinal, o crescimento econômico dos países do centro é produzido a partir da exploração e do aumento da pobreza nos países periféricos, como o Brasil. O uso da mão de obra escrava por mais de trezentos anos trouxe impactos para esse mercado de trabalho que ainda são sentidos quando se observa a discrepância nos níveis de desemprego e nos salários de negros e brancos – para falar das questões mais elementares.

A realidade brasileira é distante de uma sociedade salarial, sendo a maior parte dos trabalhos informais. Porém, como sabemos, a renda advinda de trabalho informal - crescente na atual crise econômica - e mesmo a do salário - cada vez menores - é insuficiente para garantir a sobrevivência dos indivíduos e suas famílias. O que, somado à precária assistência do Estado nos diferentes campos das necessidades humanas e ao recente recuo das políticas sociais sob o crivo da política neoliberal, torna necessário que as pessoas busquem apoio umas nas outras. Neste sentido, a família tem um papel importante.

No que se refere a entrada no mercado de trabalho, percebemos que os adolescentes de dois acolhimentos disseram que planejam trabalhar em profissões que exigem menor qualificação e que estão relacionadas aos cursos profissionalizantes aos quais tem acesso através da instituição (supermercado e barbearia). Ao estabelecerem um horizonte de expectativas para o futuro tão próximo do presente, que não lhes exige outras realizações em longo prazo, apenas as que já estão em curso, esses adolescentes estão indicando que as suas preocupações com o futuro estão resumidas às possibilidades que o presente pode garantir. Não fazem apostas cujos resultados só possam se concretizar mais adiante em suas vidas e que lhes apresente certo grau de incerteza.

De certo, não se pode ignorar que essas são escolhas individuais, repletas de sentido para aquele que as fazem. Mas considerando que são também socialmente

determinadas, essas escolhas carregam significados que são do campo das relações vividas por esses adolescentes e do seu lugar no mundo, ou seja, estão atreladas ao que é ser negro, jovem, homem e periférico no Brasil.

Em oposição a esse grupo temos um outro mais numeroso, que compreende aos demais acolhimentos, cujas profissões escolhidas tem maior reconhecimento social e risco de insucesso do que as do grupo anterior. Não estão tão imediatamente vinculadas ao presente. São as carreiras de policial, médico, advogado, bombeiro. Segundo os entrevistados, a concretização dos seus planos requer deles o estudo. As falas desses adolescentes podem ser entendidas a partir do funcionamento da ideologia dominante, a qual justifica as estruturas sociais de conservação da ordem social vigente.

A busca pelo reconhecimento social no capitalismo passa necessariamente pelo alcance do *status* de cidadão moderno, o que no caso das camadas da classe trabalhadora está vinculado a realização do trabalho. A centralidade do trabalho nesta forma de sociabilidade cria uma identidade para o trabalhador que confere algum reconhecimento, respeito e dignidade. Nesse sentido, ao nos perguntarmos até que ponto esses jovens compreendem as implicações de suas escolhas para o futuro, os aspectos mencionados acima nos fazem pensar que não por acaso esses adolescentes buscam estar em sociedade de um modo que historicamente lhes é negado. É intencional a tentativa de se adequar, de ter a sua identidade reconhecida e, dessa forma, conseguir ser respeitado e ter uma vida digna.

No entanto, para Telles (1999, p. 2), está em curso para a periferia do capital o desmanche da modernidade, o que significa o fim de uma perspectiva de futuro que aqui se estabeleceram com atraso.

[...] o desmanche ora em curso, para usar os termos de Schwarz, não diz respeito à demolição de direitos que, aqui em terras brasileiras, nunca chegaram a se consolidar como referência de uma “norma civilizada” nas relações sociais. Mas é o desmanche de um horizonte de futuro e de um conjunto de referências a partir dos quais a cidadania era (e é ainda) formulada como uma aposta política possível.

A busca por reconhecimento, pela inclusão no hall cada vez mais seleto dos cidadãos ocorre de forma individualizada. O que é um traço marcante dessa sociabilidade. Na medida em que os humanos perdem a dimensão social das questões que os atravessam cada indivíduo é responsável pelo seu sucesso e, em última instância, pela sua sobrevivência. Nesse sentido, a luta social se esvai junto com alguma (não toda) possibilidade de prática revolucionária. O consenso parece mais agradável e até mesmo alcançável no conjunto das ações consideradas para estes tempos de crise, diante da urgência de se garantir as condições de vida. É sob essa reflexão que procuramos entender o quão significativo e desejável pode ser para os entrevistados participar dos processos de subordinação ao modo de vida dominante. A fala da adolescente que diz querer ter muito dinheiro para cuidar dos filhos e assim "jogar na cara" de quem desacreditou que ela pudesse "chegar lá" expressa elementos desse isolamento social e responsabilização dos indivíduos/família, bem como do esvaziamento do sentido transformador das ações coletivas ao longo de gerações. Não significa que as juventudes não se organizem mais politicamente, mas o sentido dessa organização com frequência não consegue transpor a ideia do ajuste à ordem social. A revolta enquanto sentimento apartado da dimensão social dos problemas enfrentados (pobreza, racismo, machismo, e outros) tende a alimentar uma percepção falseada da realidade, de estar sozinho em um mundo inóspito e ter que a ele resistir.

Alguns dos adolescentes disseram durante as entrevistas que o acolhimento lhes garantia acesso a bens e serviços que antes não conseguiam. Em suas falas não escondem o incômodo que sentem com as regras das instituições, com o trabalho de alguns educadores, com a vigilância sobre eles e a perda de autonomia decisória, o afastamento da família e dos amigos, entre outros aspectos, como já abordado anteriormente. Porém reconhecem que a institucionalização é a via pela qual conseguem, por exemplo, fazer três refeições por dia, ter atendimento médico, odontológico e acompanhamento psicológico, realizar atividades como ballet, jiu-jitsu, escolinha de futebol e cursos profissionalizantes. Essa função executada pelo acolhimento o torna um lugar no qual os jovens aceitam e até querem estar, tendo em vista que a evasão é uma questão persistente nas instituições, mas que ocorre, segundo



os adolescentes, quando estes querem voltar à comunidade aonde moravam com a família, rever os amigos, ou apenas passar o final de semana ou um feriado fora da instituição, retornando dias depois. O acolhimento pode ser interpretado por estes como um lugar seguro e de oportunidades não asseguradas nos espaços que frequentavam, ao mesmo tempo em que se apresenta como controle e “prisão”. Apesar desta contradição, é possível compreender os ensinamentos que os jovens esperavam acumular durante o período de permanência na instituição, e por que os consideram importantes para a concretização dos seus projetos de vida.

Parece que o acesso a bens e serviços sociais fundamentais, no presente, redimensiona e resignifica a relação dos jovens entrevistados com os seus respectivos projetos de vida. Pois, ao concentrarem seus planejamentos para o futuro na busca por realizações em alguma medida já alcançadas através da entrada nos acolhimentos, a ideia de futuro que está sendo perseguida pelos adolescentes redonda no próprio presente, ou, no desejo de que a sensação de segurança e de proteção da qual estão gozando permaneça para além da vida na instituição. Nesse sentido, a instituição enquanto lugar de oportunidades para esses jovens exerce uma influência sobre as suas definições de futuro, tendo em vista o trabalho que nelas é realizado - segundo o que foi possível observar: um incentivo à instrução profissionalizante e à aprendizagem da disciplina. Não foi mencionado pelos entrevistados, nem tampouco pôde-se perceber a realização de ações e projetos nos acolhimentos que estimulasse o desenvolvimento de outras habilidades pelos indivíduos, além das que estão diretamente vinculadas a formação de indivíduos servís ao capital.

3 VIVÊNCIAS ENTRE PASSADO E FUTURO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma síntese reflexiva da relação sujeito, espaço, tempo nos acolhimentos, a partir de algumas aproximações à realidade percebida.

Para isso, retomamos alguns apontamentos dos acolhidos ao longo da pesquisa, no intuito de qualificar as vivências considerando suas temporalidades e sua relação com o espaço.

Quadro 7 – As vivências dos acolhidos

Vivências	
Anteriores ao acolhimento/ Passado recente	A partir do acolhimento/ Tempo presente
<i>“Ah, eu ia a Lagoa de Cima, na roça dos meus tios, no Farol, nas festinhas do CAPS, soltar pipa, jogava bola no seu bairro Lebrê, e andava pra esfriar a cabeça.” “Eu ia ao Centro, as praças e a rua para esfriar a cabeça e pra ficar gastando a onda.”</i>	<i>“A, eu jogo bola, pipa, desenho.”; “Curso de informática, psicólogo e a tarde escola. De manhã eu tenho curso e a tarde escola.”</i>
<i>“... que antes estava todo mundo junto na minha família, eu, minha mãe e meu irmão.”</i>	<i>“É bom ver minha família, meus irmãos, minha avó.”; “Eu acho importante porque eles [visitantes membros da Igreja] saem da casa deles, vem aqui e fazem uma festa pra gente, gostam de ficar aqui com a gente...”</i>

“Eu estava aprontando muito, aí minha mãe foi lá, assinou pra mim vir e meu pai também assinou, e então é isso.”

“Quando eu tinha nove e dez anos. Aí, quando ela não deixava eu usar roupa, aí eu fugia. E não ia pra escola, matava aula, aí o conselho tutelar foi lá na minha casa, falou para eu começar a frequentar a aula, escola, se eu não comesse a frequentar, eu vou pro abrigo. Não acreditei, pra mim não existia abrigo.”

“Comportamento, é notas, tipo comportamento também.”

“... bem, eu aprendo aqui muita educação, saber lidar com os outros... aqui a gente aprende muito isso. Nos outros acolhimentos eu não aprendi.”

“Aprendi a ser mais tranquilo, antes eu era perturbado, ia pro baile, chegava no outro dia, usava maconha, agora parei, tô mais quieto.”

“Aqui não aprendi nada até agora, mas não é tão ruim aqui, tem comida, piscina e lá fora tem muita ‘matança’.”

Fonte: A vivência nos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos, 2019.

Conforme exposto na primeira linha do Quadro 7, as falas dos entrevistados sobre o como utilizam o tempo e qual relação mantém com os espaços da cidade gera uma reflexão sobre autonomia. Pois ocorre uma nítida e importante mudança no agente que decide sobre a apropriação do tempo e do espaço pelo adolescente. Este perde força de decisão frente as regras e ao funcionamento institucional, o que altera o sentido de ambas as práticas. Em todos os acolhimentos os jovens passam os dias realizando múltiplas atividades em espaços antes não acessíveis a eles. Não resta dúvida de que possibilidades diversas são apresentadas para os adolescentes nesse contexto, mas não podemos deixar de pensar no sentido dessa administração do tempo, do acesso aos espaços e das relações dos indivíduos.

Conhecendo o histórico das instituições para crianças e adolescentes no Brasil e a herança deixada na forma como o Estado trata essas pessoas, tendo em vista a sua cor e classe social, os acolhimentos operam na perspectiva de impedir o ócio, a desocupação – o desestímulo à vadiagem é um traço da formação social e econômica do Brasil, no qual o pensamento do branco europeu capitalista se coloca para a cultura dos nativos indígenas e posteriormente dos negros escravizados como a verdade. Ocupar os jovens



com múltiplas atividades realizadas fora do espaço institucional descaracteriza a noção das instituições totais, nas quais se aplica o confinamento, e corrobora com a previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – sobre a garantia do direito à convivência familiar e comunitária. No entanto, serve para manter a vigilância e o controle dos corpos e das mentes, uma vez que é a instituição que define como os adolescentes usufruem do tempo e do espaço. Estes, por sua vez, não são passivos no processo: existe um campo restrito de diálogo e de negociação entre os agentes dessa relação. E para o que não pode ser negociado, os jovens criam estratégias para flexibilizar as normas de convivência nos acolhimentos. Dessa forma, através das fugas procuram não romper completamente com alguns hábitos.

Há um elemento histórico-cultural na questão dos usos do tempo que, no caso, remete ao modo de vida das pessoas que habitam as periferias dos centros urbanos, de onde são, majoritariamente, os acolhidos. À esta população, historicamente se estabeleceu um conjunto de práticas de controle, vigilância, correção e eliminação das camadas populares que, por sua potência revolucionária, é considerada uma ameaça à elite branca do país. A análise de Batista (2008, p. 20) considerando a formação da cidade do Rio de Janeiro concomitante ao desenvolvimento de uma política de estado em que o negro é visto como alvo – no pior sentido da palavra – contribui para esta reflexão:

Essa cidade era habitada na sua maior parte por africanos, ou descendentes de africanos. Essa população majoritária tentava construir a cidade-esconderijo, produzir espaços de liberdade dentro da opressão da escravidão: a cidade que esconde é a cidade que liberta. E não é à toa que então as elites brancas construíam isso, que está até hoje no cotidiano da população brasileira, as estratégias de suspeição generalizada. Para dar conta da movimentação livre e das estratégias de resistência dentro das cidades constroem-se estratégias de policiamento, estratégias de contenção social.

Manter os adolescentes ocupados é uma decisão institucional, o que atribui



certo sentido à forma como ocorre: evita o tempo livre e contribui para a defesa de um modo de vida que as famílias desses jovens não conseguem prover. Além de incentivar a formação de indivíduos aptos para a sociedade. A ideia de eliminar o tempo livre tende a desqualificar a convivência com a família de origem.

A segunda linha da mesma tabela refere-se à relação dos adolescentes com a família e com pessoas da comunidade. Pelo o que se pôde apurar durante a pesquisa, a institucionalização cria barreiras entre os jovens e suas famílias e comunidade sob o argumento da execução de uma medida de proteção devidamente aplicada. Para além da discussão sobre o emprego desta medida para punir e controlar uma classe de pessoas, é preciso destacar o isolamento como um produto dessa dinâmica.

Esse argumento está baseado na frequência com que ocorre o contato dos jovens com seus familiares, quando assim permitido pelo judiciário. Há adolescentes que não recebem visitas da família, e há também os que recebem visitas com alguma regularidade. A forma de contato com os familiares que parece mais frequente e acessível para os jovens é através de chamadas por telefone celular. Mas em ambas há mediação da instituição – que autoriza ou não o contato e até usa dessa prerrogativa como uma vantagem na relação com os adolescentes – se coloca como uma demonstração de poder sobre os indivíduos, sobre suas vidas.

Não obstante, o aspecto da vigilância tende a causar algum impacto nesse contato que já não ocorre de maneira espontânea, mas controlada. Ao passo em que a relação com a família se torna mais frágil, os adolescentes podem se sentir abandonados e isolados. Para alguns dos acolhidos, a instituição é tal como uma prisão. E em alguma medida, essa comparação faz sentido.

A comunidade que frequenta os acolhimentos é, majoritariamente, a religiosa. O que tende a atribuir uma objetividade a essas visitas do campo da benesse e da filantropia. O jovem no centro dessas incursões pode sentir-se desrespeitado quanto ao exercício da sua crença religiosa, ou como objeto receptor da caridade alheia. Alguns adolescentes veem com simpatia a disposição pessoas que vão ao seu encontro na instituição, doar um pouco de tempo a eles. Outros disseram só se interessar pelas comidas que os visitantes levam consigo. Outros ponderaram o excesso de visitas, que

acaba tirando sua privacidade, pois muitas vezes, são obrigados a participar das atividades propostas pelos visitantes.

Na última linha do quadro, observamos como os adolescentes se percebem em relação ao acolhimento e quais aprendizagens desenvolvem nesse espaço. As falas da coluna da esquerda são sobre como o jovem chegou à instituição, e as da coluna da direita são sobre o que aprenderam desde então. O que apreendemos dessas comunicações é que ao se colocarem como responsáveis pelo próprio acolhimento, os adolescentes tendem a associar e a vivenciar o espaço e as relações institucionais como espaço e relações correccionais, que objetivam a disciplina.

Os excessos juvenis, tomados como impulso da desordem urbana, colocaram em movimento esforços de disciplinarização. Associadas aos comportamentos disfuncionais, as pulsões da juventude tornaram-se foco da assepsia social que queria o controle e a correção dos vícios, e nesse percurso as ciências reforçaram ao longo dos anos a percepção de que boa parte das mazelas sociais poderia ser creditada na conta da juventude e de seus anseios de diferenciação. Firmou-se no imaginário social a associação entre a juventude e as grandes questões de cada tempo: no século XXI, quando grassam as preocupações com o individualismo exacerbado e a criminalidade crescente, o jovem emerge como individualista e responsável, em grande parte, pela criminalidade urbana (GONÇALVES, 2005, p. 208).

Atribui-se à instituição um sentido integrador, o qual é percebido também nos aprendizados ali realizados. Isso fica aparente na fala em que o aprendizado é relacionado a mudança de comportamento, ao ajuste de situações marginais e consideradas perigosas pela sociedade. Na medida em que esse aprendizado os tornam pessoas menos indesejadas no contexto da ordem social, os jovens o consideram valioso. Observamos também a fala de um adolescente que afirma não ter aprendido nada no acolhimento, mas que ainda assim prefere estar ali do que do lado de fora, onde há muita ‘matança’. Esse adolescente nos oferece algo mais para pensar: o medo e a violência entre os jovens. Consideramos que:

A violência, com destaque para os índices de homicídio, constrange as possibilidades de setores significativos da população juvenil brasileira em realizar um desenvolvimento integral satisfatório, impondo limites ao exercício do direito mais básico: o direito à vida. (CARA; GAUDIO, 2007, p. 176 – 177).

No Brasil, a juventude negra frequentemente é entendida como autora da violência urbana, para justificar uma política de Segurança Pública que promove o seu encarceramento em massa sob o símbolo do combate ao tráfico de drogas. Esse discurso é responsável por naturalizar a violência sofrida pela juventude negra produzida pela carência, pelo racismo e pela negação das suas identidades.

Apesar das colocações aqui apresentadas, consideramos que os acolhimentos são essencialmente necessários para a proteção de crianças e adolescentes, no entanto, ponderamos ser importante repensar algumas práticas para potencializar este espaço de convivência e cuidado, em um espaço de resignificação das condições de vida dos acolhidos e suas famílias e superação das fragilidades as quais estes sujeitos estão expostos.

4 PRODUTOS

Em decorrência da pesquisa, foram produzidos alguns materiais relacionados à temática estudada, descritos a seguir.

4.1 Relatório de Pesquisa – Programa Viva Ciência

FONSECA, Luiza B.; MENDES, Juliana T. M. **Avaliação e monitoramento dos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes.** Relatório de Pesquisa. Programa Viva Ciência. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; Universidade Federal Fluminense. 2019

Resumo: O projeto “Avaliação e monitoramento dos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos”¹, teve como objetivo “analisar o serviço de acolhimento institucional, a partir da fala das crianças e dos adolescentes sobre suas vivências no cotidiano institucional, provendo sua participação no processo de avaliação destes serviços”. Para isso, partimos dos indicadores que constam no Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Serviços de Acolhimento², definidos a partir dos princípios que regem os serviços de acolhimento. Neste trabalho foram apresentados os resultados preliminares referentes à avaliação do acolhimento pelos acolhidos, apreendida por meio das regras explicitadas pelas crianças e adolescentes acolhidos e das observações participantes, analisando-os à luz das Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes.

4.2 Monografias de Conclusão de Curso (Serviço Social)

4.2.1 Claudia Márcia Nogueira Neto Barbosa. **Os projetos de vida dos jovens acolhidos em Campos dos Goytacazes/RJ.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Juliana Thimóteo Nazareno Mendes.

Resumo: Este trabalho monográfico tem como objetivo refletir sobre os projetos de vida de jovens inseridos em Acolhimento Institucional de Campos dos Goytacazes – RJ. A partir de experiências vivenciadas no período de dois anos no Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA), e, posteriormente, na participação como voluntária no grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP) buscou-se contribuição, também, para o desenvolvimento deste trabalho, na aproximação com os jovens acolhidos. A partir de escutas obtidas pelos jovens no período de estágio e durante a pesquisa de campo desenvolvida, percebeu-se que os jovens não tinham um pensamento crítico a respeito de seus projetos de vida. Com isso, fez-se pensar sobre os projetos de vidas dos mesmos, o que instigou a discutir essa

temática. O trabalho discorrerá primeiramente sobre a construção da categoria juventude, procurando entender a construção do sujeito jovem, sua identidade e suas relações sociais. Depois será abordada a discussão relacionada ao contexto de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, buscando a compreensão de questões que demarcaram contextos sócio-históricos de crianças e adolescentes no século XX, que podem repercutir até hoje na sociedade. Serão abordadas, também, sobre as legislações que, com o decorrer do tempo, procuraram trazer melhores condições para o público juvenil, buscando a garantia de seus direitos. Por ultimo, serão trazidos resultados de uma pesquisa desenvolvida em um Acolhimento Institucional de Campos, buscando compreender melhor a situação e contextos de vidas dos jovens acolhidos, identificando se eles têm seus projetos de vida e como os constroem.

4.2.2 Stephani Gomes Rodrigues. **A questão racial no contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Campos dos Goytacazes-RJ.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Juliana Thimóteo Nazareno Mendes.

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de abordar a questão racial no contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Campos dos Goytacazes-RJ. Para alcançar tal objetivo utilizou-se de procedimentos metodológicos que envolveram pesquisa documental e bibliográfica, apresentação e análise dos dados. Foi possível verificar que a maior parte dos acolhidos em Campos dos Goytacazes é da raça negra (parda e preta) segundo classificação do IBGE, o que significa que crianças e adolescentes negros tendem a serem os que mais têm os seus direitos ameaçados e/ou violados. Não se tratando de uma coincidência, mas de um registro da desigualdade racial entre negros e brancos que ocorre não apenas no município, mas também no Estado do RJ, como será possível constatar nos dados que serão explicitados. Entende-se que o histórico do município de Campos contribuiu decisivamente para o quadro de desigualdade racial que se têm hoje, no município. Os negros, apesar de ser maioria, estão em desvantagem em todos os níveis em relação aos brancos. Percebe-se a

complexidade de tal situação, pelo racismo, o preconceito e a discriminação estarem na estrutura das instituições, da sociedade e do Estado, sendo necessário que questões que envolvam a questão racial sejam faladas, visibilizadas, publicizadas a fim de alertar as autoridades competentes, o poder público, de que algo precisa ser feito em relação a isso. Nisso se apresenta a relevância deste trabalho.

4.2.3 MACHADO, Sabrina B. **A naturalização da violência pela juventude acolhida em Campos dos Goytacazes-RJ.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Juliana Thimóteo Nazareno Mendes.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o enraizamento e naturalização da violência pelos adolescentes em situação de acolhimento institucional na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Para atingir o objetivo foi feito uma análise teórica do termo violência e suas expressões considerando a realidade brasileira e seu contexto político econômico que é marcado por forte desigualdade social. Tendo em vista que a juventude não é um segmento uniforme, se faz necessário considerar os fatores da classe, raça e gênero dos jovens que são acolhidos de forma histórica como medida de proteção social. Além disto, este trabalho pretende-se realizar análises sobre os relatos e falas das situações de violência vivenciada pelos mesmos na esfera pública, privada e a relação de violência entre os próprios adolescentes.

4.2.4 FONSECA, Luiza B. da. **Serviço Social e o trabalho com crianças e adolescentes acolhidos em Campos dos Goytacazes-RJ.** Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Juliana Thimóteo Nazareno Mendes.

Resumo: Essa monografia advém das experiências apreendidos no estágio obrigatório em um acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Campos dos Goytacazes e da participação na pesquisa “A vivência nos serviços de acolhimento: a escuta de

crianças e adolescentes acolhidos” desenvolvida no âmbito do Núcleo de Pesquisa Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP). O objetivo deste trabalho é refletir sobre a atuação do assistente social, junto a crianças e adolescentes acolhidos, em Campos dos Goytacazes/RJ. Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza exploratório, a partir de um levantamento bibliográfico e das experiências no estágio supervisionado obrigatório e na pesquisa anteriormente mencionada. O trabalho discorre inicialmente sobre as categorias infância e juventude. Em seguida é realizado um debate acerca do acolhimento institucional e sua constituição segundo a proteção social no município de campos dos Goytacazes/RJ. Por fim, traz uma reflexão sobre o serviço social a partir da década de 1990 e sua importância nesse espaço sócio-ocupacional segundo a dimensão pedagógica da profissão, analisando a experiência de trabalho com a criança e adolescente.

4.3 Apresentação de trabalhos

MENDES, Juliana T. N.. **A relação sujeito-tempo-espço em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes**. 2019. 6ª Conferência Internacional sobre geografia das infâncias, juventudes e famílias. Campinas/SP.

FORD, Juliana V. **Expectativas de futuro e crise do capital: Um estudo com jovens acolhidos em instituições de Campos dos Goytacazes/RJ**. 2019. IV Encuentro Latinoamericano de Profesionales, Docentes y Estudiantes de Trabajo Social y V Congreso Nacional de Trabajo Social “Trabajo Social y lucha de clases: Articulación de resistencias y procesos emancipatorios”. Tandil, Provincia de Buenos Aires (Argentina).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada procurou contribuir para a compreensão das unidades de acolhimento a partir dos espaços-tempos de moradia e das práticas de sociabilidade

experimentadas pelas crianças e adolescentes inseridas nas instituições objeto da investigação. Discussão, que ainda carece de aprofundamento no campo das ciências sociais aplicadas.

No âmbito da profissão de Serviço Social, consideramos que tal estudo trás importantes contribuições para os estudos das infâncias e adolescências. Isso porque, a literatura sobre o tema centra-se no debate sobre as políticas públicas e, majoritariamente não tem as crianças e adolescentes como sujeitos da pesquisa. Além disso, não incorporam as dimensões espaço-temporal para compreender as formas de sociabilidade e expressões socioculturais e políticas desta população. O Serviço Social é uma profissão que busca compreender o indivíduo e a realidade num diálogo com outras áreas das ciências sociais e humanas, para que possa intervir nas diferentes expressões da questão social, com respeito à liberdade, a autonomia e o compromisso com a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Portanto, desvendar as diferentes dimensões que conformam o sujeito social, é fundamental para que o assistente social possa atuar na direção do que preconiza o projeto ético-político da profissão.

É preciso considerar ainda que esta pesquisa pode contribuir para o fortalecimento dos serviços, na medida em que seus resultados podem subsidiar o Sistema de Monitoramento e Avaliação que está sendo implementado no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Batista, V. M. (2008). A criminalização da juventude popular no Brasil: histórias e memórias de luta na cidade do Rio de Janeiro. **Boletim do Instituto de Saúde –BIS**, s/v, (44), 19-22. Acesso em 29 ago. 2018, de http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-8122008000100006&lng=pt&nrm=iso

CARA D.; GAUTO, M. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.; ESTEVES, L. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007, p. 171-196.

CARLOS, A. F. A. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. et. al. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. FFLCH: São Paulo, 2007. Disponível em http://www.controversia.com.br/antigo/uploaded/pdf/12759_o-lugar-no-do-mundo.pdf.

[Acesso em 26/03/2015.](#)

FONSECA, Luiza B.; MENDES, Juliana T. M. **Avaliação e monitoramento dos serviços de acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes**. Relatório de Pesquisa. Programa Viva Ciência. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; Universidade Federal Fluminense. 2019

GONÇALVES, H. S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 2, p. 207-219, 2005.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HEIDEGGER. **Construir, Habitar, Pensar**. 1954. Trad. Schuback, Marcia de Sá Cavalcante. Disponível em:
<http://www.prourb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf>. Acesso em 24/03/2015.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2a ed. Rio de Janeiro: D&P, 2001.

_____. **A produção do espaço urbano**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão, fev.2006. (mimeo)

_____. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001b.

MASSEY, Doreen; KEYNES Milton. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**. Vol.6, n. 12, p. 7-23, 2004. Disponível em:
<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/151/146>.

MENDES, Juliana. O Habitar: práticas socioespaciais no Conjunto Morar Feliz do bairro da Penha, Campos dos Goytacazes/RJ. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de PósGraduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

TELLES, V. Silva. A “Nova Questão Social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. **Caderno CRH**. Revista do Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. n 30/31, jan/dez, Salvador, EDUFBA, 1999.



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



Lamego
Campos dos Goytacazes



**Mais
Ciência**

VILLAS, S.; NONATO, S. Juventude e projetos de futuro. In: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, C. L. (Org.) **Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Av. Vinte e Oito de Março, 40-156 - Parque Tamaritáre

SUBSECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Alvarenga Filho, S/N - Palácio da Cultura - Praça da Bandeira - Centro